



## **10º Simposio de Ensino de Graduação**

# **OS DESAFIOS DO PSICÓLOGO EDUCACIONAL: INVESTIGANDO A EXISTÊNCIA OU NÃO DE DÉFICIT DE APRENDIZAGEM**

### **Autor(es)**

---

PRISCILA TEIXEIRA RIBEIRO

### **Orientador(es)**

---

NILCE MARIA ALTENFELDER SILVA DE ARRUDA CAMPOS

### **1. Introdução**

---

Queixas de dificuldades escolares são comuns aos psicólogos. Diante de tal situação, muitos profissionais utilizam de algumas ferramentas no processo diagnóstico, entre elas; a entrevista de anamnese com a família, sessões de ludo diagnóstico e aplicações de testes de inteligência e projetivos, finalizando com entrevista devolutiva com a família na qual pode ser sugerida a psicoterapia e em alguns casos o encaminhamento para classe especial e/ou fonoaudiólogo.

Contudo, muitos profissionais não têm a preocupação de investigar outras questões que não seja a própria criança. Acabam na maioria das vezes instalando e perpetuando um estigma que pode durar a vida toda, pois deixam de considerar fatores intra escolares como produtores desse fracasso pois segundo Patto (1996, p. 296) “não se pode entender o comportamento escolar de uma criança sem levar em conta a maneira como a escola se relaciona com sua subjetividade”.

Outro equívoco bastante comum é acreditar na queixa sem de fato investiga-la. Ao receber uma criança com queixa de dificuldade de aprendizado, é fundamental que, despido de qualquer julgamento, o profissional de psicologia se debruce sobre o caso buscando compreender o problema. Em muitos casos os psicólogos apenas confirmam o diagnóstico já dado pela escola ou apresentado pela família.

No que se refere às questões escolares, o psicólogo precisa observar as relações que se estabelecem nos grupos em que a criança está inserida, considerando professores e equipe técnica, no sentido de encaminhar uma reflexão crítica sobre a instituição, incluindo o processo de ensino-aprendizagem, a relação professor-aluno, as mudanças sociais que estão ocorrendo, evidenciando com isso, a defasagem cada vez maior que se estabelece entre a escola e a vida. Dessa maneira, procura-se desfocar a atenção sobre o aluno como fonte de dificuldades, propiciando uma visão mais global e mais compreensiva das dificuldades de aprendizado procurando considerar todos os seus aspectos e, conjuntamente, encontrar formas alternativas de enfrentá-la. Seu objetivo principal não deve ser localizar os problemas produzindo uma culpabilização, mas sim investigar as causas para que se possa agir de modo a minimizar o problema.

Apesar de comumente o psicólogo educacional avaliar a criança e em alguns casos os processos educacionais, trabalhando inclusive em conjunto com a escola e o professor, é muito importante que observe e investigue as relações familiares da criança pois, a queixa pode estar, também, relacionada a problemas em seu processo de socialização, que muitas vezes é permissivo, não lhe impondo disciplina. Diante de tais comportamentos os pais, muitas vezes, acabam buscando profissionais especializados para fazer aquilo que é, de fato, responsabilidade da família. De acordo com Weber (2005, p. 95) “Disciplinar não é só fazer obedecer. É mostrar as fronteiras entre o certo e o errado, os valores, os limites [...] Limites são fronteiras que demarcam o que é permitido ou possível fazer e o que não é”. É papel da família apresentar às crianças os comportamentos que são adequados ou não. Ela é a o primeiro grupo de socialização da criança, portanto, responsável por apresentar-lhe as regras da sociedade em que está inserida. Para Weber, Salvador e Brandenburg (2011, p. 29):

As regras são normas que devem ser seguidas e que são aprendidas através dos outros; ou porque alguém disse, ou porque se observou alguma situação em que a regra estava presente; ou ainda, porque as próprias pessoas as formulam de acordo com as relações que mantêm. As regras oferecem os limites de comportamento. [...] Delimitar e ensinar regras significa disciplinar. Como a sociedade está baseada em regras, se uma criança não é educada com regras delimitadas, terá dificuldade de conviver em sociedade.

No processo disciplinar é importante que a família ofereça à criança modelos de comportamento, pois esta é uma forma eficiente de se ensinar. Vigotski (2000, p.25) nos lembra que é a partir das relações sociais que o homem se hominiza, que nos constituímos a partir de nossas relações. De acordo com o autor em seu Manuscrito de 1922: “Eu me relaciono comigo mesmo tal como as pessoas relacionam-se comigo”. Por isso, toda aprendizagem, seja ela escolar ou não se dá através das relações sociais.

No trabalho apresentado a seguir, veremos que a queixa inicial foi de que a criança apresentava dificuldades escolares e que só queria brincar quando estava na escola. Porém, um olhar mais cuidadoso nos permitiu observar que os responsáveis, principalmente, a mãe tinham dificuldades em disciplinar a criança, deixando sua educação sob a responsabilidade da avó materna, que morava junto da família. Segundo a mãe, a criança também sofria rejeição por partes dos colegas quando tentava se aproximar para brincar.

## **2. Objetivos**

---

Buscou-se compreender se as dificuldades escolares da criança se relacionavam com alterações psicológicas cognitivas e/ou emocionais que pudessem impedir sua escolarização.

## **3. Desenvolvimento**

---

O trabalho foi desenvolvido no Centro de Estudos Aplicados em Psicologia, na UNIMEP Piracicaba, e objetivou equacionar os problemas apresentados pela família referidos à uma queixa de dificuldade escolar.

A criança tinha 6 anos de idade no início do atendimento. Segundo relato da mãe, a queixa de dificuldade de aprendizagem se deu quando cursava a pré escola. Na época, a criança residia em uma Usina na cidade onde morava, e não tinha contato com muitas crianças. Ainda segundo a mãe, uma das queixas da escola era de que a criança só queria brincar e apresentava dificuldade em fazer amizades, não sendo aceita nas brincadeiras dos colegas na escola.

Procedimento: Com a mãe foram realizadas duas entrevistas semi dirigidas a fim de obter dados sobre a dinâmica e o histórico familiar.

Com a criança foram feitas observações participantes desenvolvidas por meio de atividades lúdicas e acadêmicas com o objetivo de obter dados sobre seu funcionamento psicológico.

Registro: após cada encontro foi feito um relatório com todas as atividades e observações da criança diante das atividades propostas.

Duração dos atendimentos: 01/12/2011 à 28/06/2012.

Durante o trabalho, foi possível avaliar através de atividades lúdicas, os níveis de atenção e concentração, bem como sua capacidade de conceituação, raciocínio lógico e apropriação de conhecimentos gerais.

Visando alcançar um melhor desenvolvimento da criança, buscou-se estabelecer e fortalecer um vínculo com a criança. Segundo Vygotsky (1998, p. 115), é através das relações sociais que há o desenvolvimento das funções psicológicas superiores como atenção e concentração, pois “[...] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daquelas que as cercam. (Grifos do autor).” O aprendizado tem segundo o autor uma natureza social, assim, é através das relações sociais que a criança aprende.

## **4. Resultado e Discussão**

---

Logo no início dos trabalhos, foi possível observar que a criança apresentava algumas dificuldades em contextos lúdicos. Quando da utilização dos jogos para avaliação, nunca aceitava perder, chegando a infringir as regras do jogo. No decorrer dos encontros lhe foi oferecido alguns modelos de comportamento em atividades lúdicas o que resultou na mudança do comportamento da criança principalmente nas situações em que perdia, passando a aceitar a perda como parte integrante do brincar.

Diante das atividades lúdicas realizadas, a criança não demonstrou dificuldade em entender o que lhe era proposto, bem como interagiu o tempo todo, não demonstrando qualquer timidez para se expressar. Contudo, pode-se observar que seu repertório verbal não era suficiente para o que desejava expressar. Apresentou também dificuldade em pronunciar algumas palavras trocando sempre a letra r pela letra l.

Demonstrou inicialmente facilidade em interagir com outras pessoas. Envolvia-se nas atividades que lhe eram sugeridas e denotava muito envolvimento com as mesmas. Nas situações em que se via envolvida com atividades que lhe parecem difíceis, tendia a não conseguir lidar com os sentimentos de frustração diante dos limites impostos e então, propunha outra atividade que lhe fosse conhecida.

Com relação aos aspectos cognitivos, a criança demonstrou capacidade de atenção e concentração, porém, expressou não conseguir utilizá-las de modo adequado diante de atividades que não lhe motivavam. Já havia desenvolvido seu raciocínio matemático, apresentando capacidade de junção e disjunção de pequenas quantidades, o que manifesta o desenvolvimento da reversibilidade lógica

nas operações numéricas. Com relação ao desenvolvimento dos conceitos, demonstrou capacidade de aglutinação de objetos a partir de um atributo conceitual, agrupando-os em categorias e subcategorias.

Na relação pensamento/linguagem demonstrou capacidade de organizar de modo coerente os termos necessários à transmissão de mensagens em sua comunicação. Porém, sua fala, em termos de oralização, apresentava aspectos infantilizados que já deveriam ter sido abandonados de acordo com seu estágio de desenvolvimento psicológico, o que denotou a hipótese de infantilização determinada pelo processo de socialização ao qual vem sendo submetida.

Com relação aos conhecimentos acadêmicos, foi possível avaliar que no tocante a Língua Portuguesa ainda não estava alfabetizada sendo que apenas reconhecia as vogais e algumas sílabas. Na escrita conseguia fazer cópias sem grandes dificuldades. Com relação à matemática demonstrou dificuldade na seqüência numérica conseguindo contar até 29 com alguns tropeços.

Nas avaliações realizadas referentes à atenção e concentração, capacidade de conceituação, raciocínio lógico e apropriação de conhecimentos gerais, a criança demonstrou resultados satisfatórios, não havendo margem para descrevê-la como portadora de qualquer dificuldade de aprendizagem.

Diante de tais resultados, pôde-se trabalhar para ajudar a criança a desenvolver seu repertório social e verbal através de modelos apresentados durante as intervenções e atividades lúdicas.

## 5. Considerações Finais

---

Diante dos resultados obtidos podemos afirmar que a criança não apresenta alterações psicológicas que justifiquem qualquer déficit em seu desempenho escolar. As dificuldades que expressa parecem estar associadas ao modo como os processos de socialização vêm sendo realizados. É necessário que as ações da criança sejam melhor delimitadas a fim de que possa desenvolver a capacidade de controlar sua impulsividade diante de regras e limites. É de extrema importância que as figuras parentais assumam o lugar de autoridade orientadora de suas ações a fim de que ela possa ter referências para desenvolver seu repertório social.

Após análise cuidadosa do caso, decidiu-se que o atendimento no Centro de Estudos Aplicados em Psicologia (CEAPSI – UNIMEP) não seria mantido, pois a criança demonstrou precisar apenas de um auxílio pedagógico mais atento e o atendimento psicológico poderia perpetuar a ideia da família de que a criança necessitaria de ajuda especializada, o que não é o seu caso.

A mãe foi orientada quanto às necessidades educativas da criança. Foi esclarecido, também, que a criança não necessitaria de intervenção da psicologia e que seria aconselhável a mãe se submeter a um trabalho psicológico que lhe auxiliasse a conduzir os processos educativos de sua filha.

## Referências Bibliográficas

---

PATTO, M. H. S. A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: TA Queiroz, Reimpressão, 1996. \_\_\_\_\_ . Para uma crítica da Razão Psicométrica In: Psicologia USP – Psicologia e Razão Instrumental. São Paulo, v.8, n.1, 1997, pp.47 – 62.

VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 71, Julho/2000.

WEBER, L. Eduque com carinho. Curitiba, Juruá, 2ª ed. 2007.

WEBER, L. SALVADOR, A. P. BRANDENBURG, O. Programa de qualidade na interação familiar: manual para aplicadores. Curitiba, Juruá, 2ª ed. 2011.